

Sobre Direitos e Fliperamas

Manoel Carlos Toledo Filho¹

Dias atrás me veio à mente um episódio ocorrido lá por volta de meus longínquos 14 anos de idade.

Naquela época não existiam computadores pessoais. O CD era uma projeção futurista chamada “disco-laser”. Telefones celulares estavam disponíveis apenas para a Turma do Capitão Kirk, da série Jornada nas Estrelas. Não havia TV por assinatura. Internet, obviamente, ninguém nem imaginava o que poderia vir a ser.

A diversão dos adolescentes, então, estava centrada nos fliperamas também apodados de “diversões eletrônicas”. Garoto rebelde que se prezasse tinha de matar aula para ir ao fliperama e desfrutar de suas máquinas “top”, como, por exemplo, aquela do “Cavaleiro Negro”, que, logo após receber a ficha, dizia com a sua voz fanhosa de computador: “vamos nessa”.

Pois se deu que em um dia daqueles, eu fui a um fliperama então situado na região central de Campinas. Uma das máquinas mais populares já estava ocupada por dois meninos da minha idade, que ora jogavam juntos, ora se revezavam. Posicionei-me perto, e fiquei aguardando que eles saíssem, para que eu pudesse jogar.

O problema era que, quando eles percebiam que seu tempo estava a esgotar-se, um deles ia até o caixa, comprava mais fichas, e as ia introduzindo na máquina, para ganhar mais partidas e, portanto, continuar indefinidamente ali. Na primeira vez, eu não disse nada. Na segunda, comecei a me sentir incomodado; na terceira, protestei, ao que um deles retrucou que estavam ali primeiro, e eu que esperasse. E arrematou me chamando de “folgado”.

Esse singelo episódio, que pode parecer algo banal, na realidade diz muita coisa sobre várias gerações de brasileiros. Em particular, diz muito sobre gente que, como eu, está hoje na faixa dos 40 aos 50 e poucos anos de idade. Revela toda uma *perspectiva cultural*, traduzida em uma peculiar maneira de se situar perante as coisas e as pessoas. E a palavra-chave para defini-la é: *egoísmo*.

De acordo com a síntese precisa da *wikipédia*, egoísmo “é o hábito ou a atitude de uma pessoa colocar seus interesses, opiniões, desejos, necessidades em primeiro lugar, em detrimento (ou não) do ambiente e das demais pessoas com que se relaciona”. Então, se eu cheguei ao local da diversão primeiro, vou ficar aqui até cansar ou meu dinheiro acabar; nada importa que, com isso, eu impeça outras pessoas de também desfrutarem da máquina ou do “brinquedo”. Minha prioridade – ainda que não tenha sido estabelecida por mérito ou por necessidade, mas apenas pelo mero acaso – é absoluta. Os outros não são problema meu; se eles

¹ Juiz do Trabalho e professor universitário em Campinas/SP.

se sentirem aborrecidos ou frustrados a responsabilidade não é minha. Eu cuido dos meus interesses; eles assim que cuidem dos seus.

Postas as coisas dessa maneira, fica fácil de entender porque, afinal, chegamos aonde chegamos: a uma sociedade injusta, desigual, violenta, impiedosa.

É incrível, mas mesmo nas filas nossas de cada dia, quando uma pessoa idosa passa na frente das demais, quase sempre tem alguém que olha feio. Quer dizer: não importa que a necessidade dela seja maior, que ela não tenha condições de esperar em pé. Sobretudo, nada importa que a preferência, para ela, esteja expressamente prevista em um texto de lei. Ela chegou depois; portanto, que espere.

Mas, de onde proviria esse peculiar e daninho “jeito de ser”? Qual seria sua origem fundamental?

Claro, podemos rastrear seus antecedentes desde a colonização. Mas, no caso específico de minha geração, creio que tem bastante a ver com o regime instaurado após 1964.

O advento de um sistema de governo baseado na força bruta, em que a legitimidade para o exercício do poder político era diretamente proporcional aos meios que se possuísse para mantê-lo – fossem quais fossem esses meios – consolidou, na estrutura social, a noção de quem pudesse mais iria sempre chorar menos. Logo, caberia a todos e a cada um desenvolver alguma maneira de poder mais, mesmo que tal se desse à revelia e em prejuízo do próximo. E, como o regime de 64 durou 20 anos, ele teve tempo suficiente para “fazer a cabeça” da geração que nasceu e foi educada à sua sombra.

Alguns exemplos de minha própria experiência talvez ajudem a elucidar esse ponto.

Em meados da década de 70, alguém na sala de aula perguntou à professora como se escolhia o Presidente da República no Brasil. Coitada. Como explicar aquilo? Ela até que se saiu bastante bem: disse que, como naquela época o principal problema do mundo era o petróleo, nós brasileiros, sensatos e inteligentes, resolvemos escolher para a função o presidente da Petrobrás. Nada mal. Só que, como sabemos, não era bem essa a verdade. De um país onde os professores se viam compelidos a distorcer a realidade para seus alunos de 10 anos, o que se poderia razoavelmente esperar desses mais adiante?

Outro caso: uma de nossas professoras, que era bastante rigorosa, disse certa vez, diante do inconformismo de alguns alunos, que trabalhava como professora porque gostava, porque precisar ela não precisava. Esse era um conceito comum à época. Lembro-me de tê-lo ouvido também do vigia da escola: “trabalho de guarda porque eu gosto, porque precisar, eu não preciso”. Quer dizer: quem trabalhasse por necessidade, quem vivesse de seu labor, dele extraindo o

sustento pessoal e familiar, seria um fracassado, um incompetente, alguém que não soube garantir seu conforto sem precisar fazer (ou continuar a fazer) força.

No plano político nacional, o que oficialmente se transmitia era a imagem de um país-potência, que ninguém segurava. Mas de quando em vez acontecia algo que nem mesmo o mais ufanista e controlador dos governos conseguia esconder, e que servia para nos colocar no nosso devido e desconfortável lugar. Um episódio deveras curioso ocorreu por ocasião de uma partida das eliminatórias da Copa de 78. Jogo de futebol da seleção brasileira terá, obviamente, transmissão ao vivo pela TV, certo? Ainda mais em se tratando de uma partida que já valia para a Copa do Mundo. Pois aquele jogo não teve. A justificativa apresentada foi a de que todos os canais disponíveis no satélite já estavam ocupados por uma rede de televisão norte-americana. A torcida brasileira que ligasse o rádio e visualizasse os lances depois.

Aparentemente, o golpe de 64 conseguiu tornar a incipiente classe média nacional - que já não era propriamente um exemplo de sensibilidade - ainda mais alienada. Tanto assim que, quando se começou a discutir a redemocratização do país, surgiram objeções estrambóticas do tipo “será que o povo está preparado”, ou “eleição nacional custa muito caro para os cofres públicos”.

De todo modo, o cenário político mudou, e mudou para melhor. O país passou e ainda está a passar por um processo consistente de arejamento e transparência, dentro do qual é razoável presumir que, em maior ou menor medida, tenha ocorrido alguma atenuação dos efeitos deletérios que o regime autoritário incrustou na geração que se lhe seguiu. O ponto central reside em saber se, para ela, já não haveria sido tarde demais.

De todo modo, uma boa notícia ao menos se pode propagar: nossos filhos, com certeza, serão melhores do que nós.